

STJ00114012

FERNANDA BRAGANÇA

# JUSTIÇA DIGITAL

IMPLICAÇÕES SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS,  
SOLUÇÃO ON-LINE DE CONFLITOS E DESJUDICIALIZAÇÃO

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Bragança, Fernanda.

**Justiça digital: Implicações  
sobre a proteção de dados pessoais,  
solução on-line de conflitos e  
desjudicialização.** / Fernanda  
Bragança. – Londrina, PR: Thoth, 2021.  
396 p.  
Bibliografias: 353-393  
ISBN 978-65-5959-192-3

1. Direito Processual Civil. 2. Negociação. 3.  
Mediação. 4. Conciliação. 5. Arbitragem.  
I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Claudia Vanessa Bergamini

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil : 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2021)**

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp.  
Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia  
Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafacla Ghacham  
Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa  
Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes •  
Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

## SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA .....	7
LISTA DE SIGLAS .....	11
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO .....	15
PREFÁCIO .....	17
INTRODUÇÃO .....	23
<b>CAPÍTULO I</b>	
A TRANSFORMAÇÃO DA JUSTIÇA PELA TECNOLOGIA: UM NOVO PARADIGMA .....	27
1.1 As etapas de evolução tecnológica na justiça .....	31
1.1.1 Versão 1.0 .....	32
1.1.2 Versão 2.0 .....	33
1.1.3 Versão 3.0 .....	35
1.2 Inteligência artificial nos sistemas de justiça .....	38
1.2.1 Inteligência Artificial no sistema de Justiça Europeu .....	46
1.2.2 Inteligência Artificial no sistema de Justiça Brasileiro .....	49
1.2.3 Ética e IA no Judiciário .....	53
1.2.4 O impacto da Inteligência artificial sobre o mercado jurídico .....	55
1.2.5 Inteligência artificial, Direitos Humanos e Riscos .....	59
<b>CAPÍTULO II</b>	
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E JUSTIÇA AUTOMATIZADA .....	65
2.1 O dever de motivação das decisões judiciais .....	66
2.2 Independência, imparcialidade e neutralidade do julgador .....	70
2.3 Eficiência e efetividade do poder judiciário .....	72
2.4 Acessibilidade .....	73
2.5 Publicidade das decisões judiciais .....	74
2.5.1 Histórico de divulgação da Jurisprudência Francesa .....	74

2.5.2 Os modelos de divulgação das decisões judiciais .....	80
2.5.3 A discussão francesa sobre acesso às decisões judiciais e proteção de dados.....	85
2.5.4 A divulgação dos dados nas decisões da Justiça.....	88
2.5.5 A reutilização dos dados contidos nas decisões da Justiça .....	91
2.5.6 A remoção dos nomes dos magistrados das decisões .....	95
2.5.7 A remoção dos nomes dos outros profissionais da decisão .....	97
2.5.8 Publicidade das decisões judiciais no Brasil .....	98
2.5.8.1 A discussão brasileira sobre proteção de dados das decisões judiciais.....	99
2.6 Estudo comparativo de Adrien Van Den Branden: a conveniência ou não de uma justiça robotizada .....	101
2.7 A discussão quanto à impossibilidade jurídica de juízes robôs.....	105
2.8 A revisão humana das decisões automatizadas.....	109

### **CAPÍTULO III**

JUSTIÇA PREDITIVA .....	115
3.1 O que é uma justiça preditiva?.....	115
3.2 Desafios da utilização de algoritmos em setores sensíveis como a justiça .....	119
3.3 Justiça preditiva e processo.....	124
3.4 Justiça preditiva na área penal.....	127
3.4.1 O caso COMPAS.....	132
3.5 Justiça preditiva e o exercício da advocacia: a experiência prática do grupo Covéa .....	135

### **CAPÍTULO IV**

UMA RECONFIGURAÇÃO DO JUDICIÁRIO.....	139
4.1 O que é uma corte digital? .....	141
4.2 Experiências pioneiras de Tribunais Digitais .....	145
4.2.1 Canadá.....	145
4.2.1.1 Integrated Justice Project (IJP).....	146
4.2.1.2 Court Information Management System (CIMS).....	147
4.2.1.3 British Columbia's eCourt Initiative.....	148
4.2.2 Austrália: eCourtroom.....	150
4.2.3 Itália: TOL.....	152
4.2.4 Reino Unido: <i>Money Claim Online</i> .....	155

4.2.5 França: <i>TéléRecours</i> .....	158
4.2.6 Europa: e-CODEX (Trans-Border e-Justice) .....	162
4.2.7 Malásia .....	165
4.2.8 O histórico do Brasil: da urna eletrônica ao processo eletrônico.....	165
4.2.9 Algumas análises comparativas .....	173

## **CAPÍTULO V**

REPERCUSSÃO DA PANDEMIA SOBRE A DIGITALIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS .....	177
5.1 China .....	178
5.2 Reino Unido .....	181
5.3 França.....	181
5.4 Itália .....	182
Índia.....	182
5.6 Brasil.....	184
Canadá.....	185
5.8 Austrália .....	186
5.9 Justiça cível pós-pandemia: análises iniciais.....	187

## **CAPÍTULO VI**

O PROCESSO CIVIL NA ERA DIGITAL .....	193
6.1 Desmaterialização.....	193
6.1.1 França.....	193
6.1.2 Brasil .....	199
6.2 A harmonização do processo civil.....	209
6.2.1 Transnacionalização.....	215
6.2.2 Contratualização .....	218
6.3 Desjudicialização .....	227
6.3.1 Direitos de terceiros.....	239
6.3.2 Cláusula compromissória e sanção.....	240

## **CAPÍTULO VII**

UMA JUSTIÇA PARA ALÉM DO ESTADO .....	243
7.1 Análise conceitual.....	244
7.2 Plataformas de ODR.....	249

7.2.1 Primeiras experiências .....	250
1.1 Online Ombuds Office.....	250
7.2.1.2 Virtual Magistrate.....	251
7.2.1.3 Cyber-Tribunal.....	253
7.2.2.4 SquareTrade.....	257
7.2.1.5 ECODIR.....	259
7.2.1.6 ICANN.....	262
7.2.2 Acessibilidade.....	267
7.2.3 Integração entre plataformas.....	271
7.2.4 Tecnologias.....	275
7.2.5 Proteção de dados .....	280
7.3 ODR e regulação.....	284
7.3.1 O marco europeu no desenvolvimento da ODR.....	290
7.3.2 O panorama normativo da ODR no Brasil.....	296
7.4 Contornos principiológicos da online dispute resolution.....	300
7.4.1 Os pontos fortes e sensíveis da <i>Online Dispute Resolution</i> .....	304
7.4.1.1 Confidencialidade e segurança de dados.....	305
7.4.1.2 Acesso à Justiça digital.....	308
7.5 Os métodos digitais de solução de conflitos MDSC.....	311
7.5.1 Negociação automatizada e assistida.....	312
7.5.2 Mediação.....	313
7.5.3 Arbitragem .....	317
7.5.4 Desenho de Sistemas .....	331
CONCLUSÃO.....	339
REFERÊNCIAS.....	353
POSFÁCIO .....	395